
ONDE A LUTA ENSINA: OLHOS DE APRENDIZ NO MOVIMENTO SOCIAL

Jane Paiva*

RESUMO

A participação de pesquisadores em um movimento social permite compreender e (res)significar muitos saberes que só ganham sentido se vivenciados no interior de grupos e na realidade dos sujeitos que vivem as carências que afetam, cotidianamente, seus modos de viver. O artigo aborda o tema, derivado de uma intensa experiência pessoal, buscando revelar sentidos que um movimento social assume ao lidar com as sempre novas carências das populações pobres, cujos direitos negados são ainda visíveis na década de 1990. Nessa busca, emergem conhecimentos e poderes, desafiando a compreensão de algumas categorias – luta e festa, por exemplo –, para além do movimento social. Essas categorias se impõem como indispensáveis para o alargamento do campo da educação de jovens e adultos e das possibilidades de transformar, pela ação histórica dos sujeitos, a vida cotidiana.

Palavras-chave: movimento social, cotidiano, luta.

O meu movimento de pesquisadora interessada em conhecer como se produzem os saberes e o conhecimento pela população, especialmente colocado, ao longo dos anos, na educação de jovens e adultos, acabou por levar-me à vivência de um projeto de pesquisa participante de educação ambiental, proposto na Baixada Fluminense, área pobre do Estado do Rio de Janeiro, por uma ONG¹ cujas finalidades passavam pela instrumentalização da população a partir de recursos comunicacionais. O projeto visava a auxiliar moradores de um bairro do município de Nova Iguaçu – Rancho Fundo, na organização de um espaço de luta capaz de mudar/melhorar as condições de vida no lugar, como alternativa à ausência do poder público.

Participei da equipe, inicialmente, como pesquisadora do campo da pedagogia, cujo compromisso educativo pode oferecer suporte a grupos em processos permanentes de aprendizagem, estabelecendo redes, alimentando-os com subsídios, instrumentalizando-os quanto a procedimentos metodológicos, incluindo o descortinar de agências de fomentos, de rotas e percursos viáveis, de aparatos legais e jurídicos capazes de sustentar a ação e de instituir outros inéditos que viessem a ser criados. Por contingências do curso do projeto, depois de um período assumi sua coordenação, estabelecendo giros teórico-metodológicos, em função da *episteme* com a qual a realidade se anunciava à minha compreensão. Em todo o tempo, no entanto, com olhos de aprendiz, perscrutando o movimento social.

No início dos trabalhos, a questão central se pôs na temática do lixo, mas, com o tempo, muitas outras questões se foram pondo à frente das pessoas e – o que é mais relevante – muitos saberes e compreensões da realidade foram produzidos, tanto para mim, quanto para os moradores diretamente envolvidos nesse processo de organização.

Vi emergirem, ali, sujeitos políticos capazes de fazerem valer seus direitos de cidadania e de, tomando a palavra, fazê-la sua, tanto pela forma como a linguagem passou a mediar suas rela-

*Doutoranda no Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação da UFF. Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Uerj.

¹A ONG a que me refiro é o CECIP, Centro de Criação de Imagem Popular.

ções com o meio social em que vivem, quanto pelo modo como se apropriaram da argumentação e da lógica para negociar com a classe política dirigente, assim como, pelo diálogo, estabeleceram relações dialéticas com a realidade. Linguagem que se fez ouvir não apenas nas relações imediatas, mas que se tornou mais permanente com a escritura e a publicação de um jornal, por meio do qual o poder pôde ser ampliado, como quanto à abrangência que este alcançou. Linguagem do vídeo, que registrou as intervenções da população e construiu suas histórias, de diversas maneiras, fazendo os sujeitos, uma vez mais, protagonistas sociais cuja imagem e papel se difundiam pelos diferentes pontos de exibição dos vídeos.² Linguagem que encontrou outros interlocutores nos espaços acadêmicos por onde os sujeitos locais passaram, levando sua experiência e discutindo os caminhos metodológicos trilhados ao longo do tempo em que se envolveram com o trabalho. Histórias, muitas histórias e muitas questões instigantes para desvendar: histórias de mulheres, presença maciça no trabalho, marcando com seus modos próprios a luta com o poder público, eminentemente masculino; histórias de poderes, não mais constituídos pela lógica hierarquizada, mas a partir de uma nova lógica pela qual se puseram a circular de forma horizontal, sem excluir ou abafar conflitos, o que fazia, *a priori*, que ninguém fosse negado ou tivesse o direito de participar e de divergir diminuídos. Poderes e conflitos até então negados pela lógica formadora de grande parte desses sujeitos, a da igreja católica, para a qual a fraternidade não admite conflitos, apenas a harmonia. E esta abafa, nega, exclui, oculta, deixando os conflitos latentes, subjazendo com os rancores, com as mágoas pessoais, com a culpa por ser, ou pensar diferente; histórias de identidades coletivas, produzidas a partir de uma relação afetiva com o lugar de viver, até então feito como um cotidiano banalizado, onde a vida passa, sem acontecer. Não era mais esse o lugar no Rancho Fundo. Fazia-se respeitado, seus moradores passaram a ser conhecidos e reconhecidos em lugares distantes dali. Cada morador assegurou seu lugar político e nunca mais foi preciso esperar indefinidamente para uma audiência marcada com qualquer autoridade, do empresário da empreiteira coletora do lixo ao próprio Prefeito. Se Rancho Fundo não chegou a produzir, junto às autoridades, uma política pública para a região, no entanto, trabalhou muito no sentido de mudar a agenda do Prefeito e de dirigentes públicos, o que aconteceu por inúmeras vezes. E essas mudanças definiam, em última instância, uma nova ordem de prioridades, trazendo à cena o bairro, até então invisível para o poder público.

Acompanhei, com respeito e olhar atento, cada movimento que o trabalho foi produzindo. O movimento social que os sujeitos instauraram, entendido como ação coletiva de quem faz história, porque se sabe sujeito de mudança da realidade, foi redefinindo a compreensão e o saber disponíveis quanto aos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, suscitava-me, a cada dia, novas questões, que permitiram ir produzindo um conhecimento mais ampliado sobre a realidade de jovens e adultos que, intervindo no meio ambiente social, educavam-se na luta, (re)construindo novos sentidos para o que é educar.

Se Rancho Fundo ainda não mudou tanto, a ponto de ficar irreconhecível para quem lá esteve no início do projeto, para quem participou por longo tempo, Rancho Fundo (res)significou-se. Não é mais *o lugar*, mas *um lugar*, espaço historicamente construído por quem soube fazer o tempo da mudança, coletivamente, descobrindo laços e razões pelos quais lutar. E ao descobrir esta identidade, o fez por caminhos que permitem compreender como é possível instaurar novas lógicas, para além

²A exibição dos vídeos em um telão sobre uma Kombi era uma das estratégias da TV comunitária – TV Maxambomba – cujo projeto de produção e de exibição alcançava vários locais de municípios da Baixada Fluminense.

daquela que a sociedade toma como única e verdadeira. Instaurou processos, metodologias de trabalho que recontam as possibilidades e o poder de criação que a busca da autonomia pode revelar.

Busquei, nessa pesquisa, não somente produzir conhecimento que interessasse à ciência e a um círculo mais estreito de estudiosos, mas também construir com os moradores um saber sobre o significado da pesquisa e do como pesquisar. Mais um, dentre tantos que eles produziram nas muitas relações que estabeleceram, principalmente a de que:

a afirmação fundamental do pensamento crítico consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe. A realidade é um campo de possibilidades em que tem cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas (SANTOS, 2002, p. 23).

E, por isso, muitas outras questões surgiram. Dentre elas, a que aproximou, inevitavelmente, a área dos movimentos sociais e o saber neles produzido, com a área da educação de jovens e adultos, até então muito restrita à questão da escolarização. A Declaração de Hamburgo, de 1997, viria em definitivo reafirmar o significado da educação de jovens e adultos nas sociedades contemporâneas, vinculando-o à necessidade de aprender por toda a vida, em processos de educação continuada, na maioria das vezes realizados “fora da escola”.

A experiência de Rancho Fundo, com os saberes que foi produzindo – para meu uso e da própria população – era inequívoca em me afirmar que ali havia um claro – e renovado – processo de educação de adultos, de jovens e, até mesmo, em certo sentido, de crianças. Esse processo, com caráter de ação sistemática de intervenção na realidade, aproxima-se da atuação pedagógica, cuja intervenção intencional age, também, de modo sistemático.

Outra marca significativa sinalizadora dessa hipótese é a que mostra de que forma a linguagem passa a constituir um novo papel mediador entre os sujeitos, deixando que o papel de instrumento de poder se desvelasse na idéia de que é prevalentemente fundamento e recurso comunicacional. Por ela (linguagem) se enunciam os falantes e anuncia-se o lugar de cada um, pela argumentação que são capazes de estabelecer, apreendendo e reelaborando, a partir das contradições dos discursos com os quais travam interlocução. Linguagem que se faz não só pela palavra oral, mas pela escrita e pelo código do vídeo, cuja tecnologia de produção, apropriada por outro grupo – os repórteres de bairro –, atuou em conjunto, em prol da mesma luta.

Com Santos (2002, p. 25), alerto os leitores deste artigo para o fato de que a “função das práticas e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedade mais justas”, chamando a atenção de que a “insistência na viabilidade das alternativas não implica, contudo, uma aceitação do que existe”.

MOVIMENTO SOCIAL, COTIDIANO E EDUCAÇÃO

O desenvolvimento alternativo pensado como possibilidade da intervenção que se faz junto à população – entendido como humano e solidário – se define como um processo de busca de melhores condições de vida e do meio ambiente, inserido na história e em respeito à cultura das pessoas. Esse desenvolvimento – conhecido na atualidade pelo conceito de desenvolvimento sustentável – passa, necessariamente, pelo empreendimento de ações que incorporam educação, formação, exercício da cidadania e, até mesmo, busca de alternativas econômicas.

A promoção desse desenvolvimento reflete-se de maneira diferenciada na população, provocando os chamados “impactos sociais”, que não podem ser identificados, apenas, por meio das mudanças nas condições objetivas de vida, mas que devem incorporar: o desenvolvimento da autoestima; o crescimento da esperança; a geração de demandas; a necessidade da organização; a mudança de atitudes e comportamentos; o exercício da cidadania ativa.

A deflagração desse processo considerou, para a metodologia de intervenção adotada, alguns princípios básicos, a saber:

- a) As intervenções são feitas sobre realidades preexistentes, o que implica conhecer com profundidade a história e a cultura da população, bem como a identificação das situações de conflito ou contradição, manifestas ou latentes. O trabalho a fazer é o de uma sempre difícil investigação, uma escuta paciente que permita chegar à compreensão o mais próxima possível do que está acontecendo.
- b) Estas intervenções são possíveis e eventualmente eficazes somente se construídas a partir de uma aliança com a população, baseada em uma relação de confiança mútua.
- c) Qualquer intervenção que genuinamente deseje a participação da população deve partir da valorização do saber popular, das formas e modos pelos quais as pessoas destas comunidades vêm constituindo, ao longo do tempo, suas maneiras de perceber seu estar no mundo e suas relações com o ambiente.
- d) Devem ser identificadas as principais carências de informação, permitindo a formulação de uma pauta básica de conteúdos a serem abordados. Entretanto, de nada adianta responder a perguntas ainda não formuladas. Respeitando o processo em curso e os ritmos com que idéias vão sendo incorporadas, o papel do pesquisador é o de ajudar, quando solicitado ou quando for oportuno, na formulação de perguntas e na organização de demandas. A pauta dos conteúdos deve ser continuamente atualizada, em função das necessidades específicas da população.
- e) O papel do pesquisador é transitório. Implica ajudar a população, concretamente, a incorporar a idéia de que vale a pena organizar-se para agir sobre a realidade. A população deve passar a saber para onde se dirigir para fazer suas reivindicações e onde buscar ajuda para o de que necessita. Ao pesquisador cabe, ainda, questionar-se permanentemente, avaliando a cada momento seu papel no processo de crescimento da tomada de consciência, da auto-estima e da autonomia da população.

A trajetória histórica dos movimentos sociais, em geral, permite entender que as demandas são resultantes da carência que afetava (e ainda afeta) as condições populares de sobrevivência na metrópole, especialmente originadas pelas contradições urbanas, geradas pelas novas necessidades impostas às forças produtivas e pela real capacidade de reprodução da força de trabalho. Os sujeitos, empurrados para condições cada vez mais pauperizadas, tanto percebem as novas necessidades como determinação, como quanto causa eficiente. O conteúdo desses movimentos, no entanto, é o resultado da dinâmica das sociedades capitalistas, especialmente urbanas, vivendo a contradição de suas condições com a necessária reprodução da força de trabalho. A consciência de direitos usurpados ou negados, do reconhecimento do poder da organização para garantir a necessária articulação no encaminhamento das lutas, a valorização das decisões democráticas vêm sendo construídas co-

mo decorrência das urgências postas nessas lutas, e traduzidas pelos diferentes modos que esses movimentos encontraram de realizar a prática política. A mesma trajetória em que se pode perceber essas características, permite ver a gama de forças com as quais lutam os movimentos, forças essas interessadas em quebrar as resistências, seja pela violência simbólica, seja pela material, encarnada nas indignas condições de existência a que são submetidos os setores populares. Sposito (1993, p. 326) avança nessa reflexão, afirmando que “à proporção que a prática política deixa de ser privilégio dos setores dominantes da sociedade e passa a ser uma modalidade de ação dos homens comuns, principalmente das mulheres, os limites entre o ‘político’ e o ‘não político’, a vida privada e a vida pública tendem a ser redefinidos.”

A autora ainda vai afirmar que ocorre uma redefinição radical entre o cidadão e o indivíduo, o que significaria transcender a dimensão política das relações. A mudança das condições de vida e muitos temas/problemas organizaram as ações dos movimentos que produziram, pela prática pedagógica, formas de luta e de embates os mais diversos, na correlação de forças políticas, no confronto com a burocracia governamental, e no enfrentamento dos interlocutores, mais ou menos autoritários. O Estado, de certos momentos históricos negadores da possibilidade de participação, em outros momentos convive com essa possibilidade, atualizando estratégias de dominação e de cooperação capazes de permitir controle, muitas vezes imperceptível, sobre os movimentos organizados. As práticas clientelistas ainda correntes apropriam-se do poder – visível ou invisível – por meio de programas governamentais, de partidos políticos, de representantes parlamentares e do próprio Estado, com o intuito de subordinação e manutenção dos lugares sociais até então estabelecidos. O conflito resultante desse exercício de poder é, de certo modo, a base inicial da democracia, ainda que aquele não avance para a negociação. A participação dos grupos, em defesa de interesses comuns, nem sempre se faz com a luta explicitada. O boicote, o silêncio, as ausências, precisam ser entendidos, no contexto histórico em que se evidenciam, como estratégias para além da luta: de sobrevivência, mesmo, em muitos casos.

Muitos grupos viveram, em suas lutas, embates com representantes de órgãos públicos cujo discurso, democrático, ocultava práticas e intenções discriminatórias e autoritárias. No entanto, o Estado, não monolítico, é lugar de contradições e de formas modernas de ação. Quando os grupos insistiam em preservar sua autonomia, os modos de envolvimento de que o poder público lançava mão asseguravam a quase impossibilidade de qualquer mudança, em curto prazo, das relações entre instituições e sociedade, pelo comprometimento submisso com que esse poder mantinha os movimentos.

Para Ribeiro (1992, p. 92), a valorização da ação, ou seja, a capacidade de “estar em movimento”, é a marca fundamental do campo de fenômenos políticos e sociais indicado pelo conceito de movimento social, ao mesmo tempo em que a “idéia de ação também envolve um campo heterogêneo de práticas e ideários políticos: da identificação do valor político da ‘fala do oprimido’, do ‘estar presente’ na cena pública, até a atuação na construção institucional da democracia”.

A verificação da *ação coletiva* é que caracteriza a idéia de movimento social, afirma a autora, considerando-a indispensável, pela “naturalização” que se acaba identificando em muitos chamados movimentos sociais, por assumirem formatos institucionais esvaziados, ou rotinas e representações que perderam a ligação com a base do movimento.

Ribeiro ainda aponta que, a partir de meados da década de 1970, se organizam certos elementos de identidades sociais – as chamadas minorias – com expressão política: mulheres, negros, homossexuais, refletindo pensamentos internacionais de afirmação de novos valores e direitos. Os

pensamentos ambientalistas e preservacionistas de bens culturais e naturais também representam a emergência de outros níveis de articulação nos movimentos. Para a autora, os novos movimentos que vão surgindo se colocam como elos ativos entre a sociedade e a política, ou seja, entre o cotidiano das relações sociais – entendido como representações, valores e práticas – e a esfera da realidade social onde são debatidos direitos e ações gerais. Isto significa dizer que reconhece nos movimentos “uma dupla natureza, calcada no social – como demonstra a ação referida a papéis sociais e identidades – e na política, como manifesta a sua face pública, reivindicativa de conquista institucional, protesto e mobilização” (id., ib., p. 95).

Nessa apropriação da vida pública, pelos movimentos, o significado das relações de vizinhança e o do bairro se destacam, pelo estabelecimento de novas “fronteiras” entre o espaço privado e o “novo” espaço público. Esse “novo” nem sempre implica a ocupação de espaços antes não utilizados, mas, quase sempre, a (re)criação de novas finalidades para espaços anteriores, usados como locais de passagem ou de atividades rotinizadas, sem maior expressão. A participação em ações coletivas, de caráter essencialmente transformador, parece dar o “tom” que diferencia as ações do movimento social das demais ações visíveis em espaços coletivizados. Sposito (1993) chama atenção para o fato de que “luta”, nessa acepção, guarda o sentido da participação, e que essa participação demanda “trabalho”, ampliando o conceito que, de modo geral, o imaginário social atribui ao termo.

Por meio da superação das práticas individualistas antes adotadas, condenadoras da população ao seu lugar de silêncio, permitindo a (re)criação das possibilidades de desafio da teia de relações, é que se expressa a dimensão política da participação.

Sposito (1993) ainda alerta para a necessidade de, nessa nova prática, a população superar as dicotomias vividas entre vida privada e vida pública, entre indivíduo e cidadão, tão presentes nas representações culturais e sociais dessas pessoas. Essa superação precisa transformar o *modo de vida cotidiano*, discutindo e propondo novos valores e ações solidárias que atravessem não apenas o espaço público, mas também o espaço privado, onde a sociedade (enquanto práticas sociopolítico-culturais) fortemente se reproduz.

Assume-se, então, o conceito de *cotidiano* como central para compreender o que se passa em Rancho Fundo, abandonando de vez qualquer tentação de admiti-lo como lugar dos comportamentos repetitivos, rotinizados, onde nada de novo acontece; como lugar das pessoas comuns, anônimas, onde a história se passa a contragosto. Não há indicações sinalizadoras de que possa ser percebido como lugar da banalização da vida, onde as mulheres cometem suas vidas privadas, iguais, pensadas na individualidade e desvinculadas de qualquer perspectiva coletiva. Ver o cotidiano fora desse lugar comum – e assim indicam outros estudos e pesquisas –, é ver Rancho Fundo como lugar de possibilidades, de redizeres, de refazeres, em que podem surgir alternativas de reconstrução dos modos de viver.

Léfèbvre (1991, p. 131), ao tratar da categoria cotidiano, compreendida em sua historicidade, mostra como a linguagem deixa transparecer modalidades ou modulações da vida cotidiana, segundo o *habitat* onde ela se dá. Nesse cotidiano ocorre a relação significante/significado, nomeada pela linguagem, que faz os seus valores. Ao mesmo tempo em que “faz o cotidiano; ela é o cotidiano e o ilude: mascara-o recusando-se a desvendá-lo. Ao contrário, dissimula o cotidiano, enfeitando-o de retórica e de imaginário. A linguagem e as relações de linguagem tornam-se, assim, no transcorrer do cotidiano, negação da cotidianidade”.

O autor continua, ainda, dizendo que uma coisa só existe socialmente quando nomeada, mas alerta para o risco dos que nomeiam, porque tendo a autoridade de fazê-lo, legitimam um poder. Vai afirmar, também, que “as insignificâncias do cotidiano só podem adquirir sentido quando transformadas, metamorfoseadas num conjunto diferente da atual cotidianidade” (id., ib., p. 108).

Ao trazer este autor para o texto, busco pensar em que medida o mal-estar provocado pelo descortinamento que o projeto trouxe à vida cotidiana de Rancho Fundo, vai sendo transformado – e sendo transformador – desse mesmo cotidiano, pela sua (res)significação, posta na atividade e no exercício do discurso que os moradores do bairro produzem.

Por ser lugar de possibilidades, potências constituem sujeitos coletivos, que se transformam nessas possibilidades, ávidos da ocupação desse “novo” lugar. E o fazem por meio de um conjunto de táticas.

A tática³ é a possibilidade, produzida no cotidiano pelos sujeitos, para alterarem suas formas de vida, em função da apreensão da realidade que conseguem fazer. As decisões são tomadas aproveitando as ocasiões, como artes de fazer.

Só consegue ter uma visão mais ampliada do “lugar” aquele que, estando acima do cotidiano, pode apreender outros elementos capazes de ampliar a perspectiva de visão sobre a realidade. Dominando certos elementos, é capaz de controlar o espaço do cotidiano, pelas estratégias, que constituem um novo poder.

Essa idéia, apreendida de Certeau (1994), ajuda a compreender os tipos de análises, opções e táticas que as mulheres, principalmente elas, vão traçando, para alterar o seu cotidiano. São as ocasiões que lhes permitem avançar no próprio do poder e lhes garantem mobilidade. O que ganham não se conserva, mas avançam, nas brechas do poder proprietário. Criam surpresas, conseguem estar onde ninguém espera. São astuciosas. Como o poder é visível, sabem onde está e podem, astutamente, ocupá-lo, em suas ausências.

Por isso, sua luta é diária, pois ganham hoje e se quiserem continuar vitoriosas amanhã, têm de voltar a lutar. Como a luta é contínua, as táticas precisam se renovar sempre, para serem, de novo, surpreendentes e poderem, aproveitando as ocasiões, ocupar as ausências do poder. Melo (2002), estudando a ação local de cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global, na Associação In Loco no sul de Portugal, assim se refere aos tipos de vitórias conquistadas:

Como qualquer outro processo dentro desta perspectiva, em que se tenta avançar contra a corrente, não há vitórias definitivas nos projetos de desenvolvimento local desenvolvidos através de ação local dos cidadãos. Qualquer eventual sucesso, que é inexoravelmente alcançado graças a um esforço pessoal desproporcional, acaba sendo apenas o início de nova corrida de obstáculos. (...) No entanto, quando se entra em um movimento deste gênero, é impossível parar ou sair, pois cada momento de uma luta como essa traz um animador sentimento de ‘estar vivo’, um passo recompensador no nosso esforço pessoal e coletivo para a melhoria da nossa sociedade e do mundo em geral e, ao fazê-lo, para melhorarmos a nós mesmos (op. cit., p. 463).

Nesse cotidiano, as mulheres de Rancho Fundo conseguiram ter e deixar de ter a coleta do lixo, voltar a ter e a perder de novo, voltar a ter com relativa regularidade. Mas conseguiram, também, asfaltamento em algumas ruas do bairro e manilhamento das valas negras que corriam nessas

³Tática, para Certeau (1994), é entendida como a arte do fraco, “não um discurso, mas a própria decisão, ato ou maneira de aproveitar a ocasião” (op. cit., p. 47).

mesmas ruas. Conseguiram ser conhecidas pelo poder público e o que é mais significativo: ser respeitadas.

No contexto cotidiano em que a vitória não é constante, e no qual o movimento exige um eterno recomeçar, nasce uma nova categoria de luta, porque muitas são as táticas e as estratégias que o Grupo de Representantes de Rua – GRR⁴ utiliza: uma delas, a festa, poderosa no fortalecimento dos laços e das redes de solidariedade. Ocorrendo basicamente no espaço da escola pública do bairro, cuja história tem um significado muito forte para os moradores, as festas envolveram as crianças, seus pais e famílias, ampliando a vertente educativa do projeto.

FESTEJAR E LUTAR

Pensar o significado da festa é entender um pouco melhor a lógica de um grupo de pessoas, movidas por uma demanda concreta que lhes atormenta os espaços do viver – a falta da coleta do lixo – e que lhes abriu, talvez para sempre, a dimensão política do direito público, a perspectiva da coletividade catalisada pela cidadania, e não pelo servir a Deus, tão conhecido da chamada “comunidade” da Igreja Católica e realidade cotidiana em Rancho Fundo. As mesmas mulheres da Igreja, em sua maioria, agora dispostas e disponíveis para descobrir as imbricações do poder e como ele se engendra para iludir e seduzir os movimentos, que precisam aprender a desvelá-lo. Homens, poucos, se aproximando mais temerosos do movimento que algumas lideranças femininas resolveram fazer girar.

A luta e o trabalho que o movimento social demanda esgotam e exaurem a população, de modo geral já sofrida pela série de enfrentamentos que o todo-dia lhe coloca. Assumir as carências do bairro e pensar algumas formas de mudar o meio ambiente, sonhando com uma qualidade melhor para a vida, não era pouco. Desnaturalizar a falta, a carência, que se tornam direitos negados, e não mais objetos da caridade individual cristã. E ser, até certo ponto, vitorioso, conseguindo mudanças que alteram a ordem “instituída” do viver das populações pobres, excluídas dos direitos. Era preciso, então, festejar. “Se há algo relacionado com toda a experiência da festa, este algo é o que impede todo isolamento de alguém frente a outrem. Festa é coletividade e é a representação da própria coletividade, em sua forma acabada. Uma festa é sempre para todos” (GADAMER, 1985, p. 61).

Foi no espaço da escola pública municipal que Rancho Fundo passou a festejar, reapropriando-a para os moradores, em outra dimensão de tempo e de viver. Desvinculou o festejar dos ante-

⁴A organização dos moradores, neste projeto, foi feita pela indicação de representantes de ruas do bairro. Esses, responsáveis pela disseminação dos acordos políticos e das táticas, levavam para seus vizinhos as questões e os modos de ação com vistas às disputas com o poder político e as formas de agremiação do bairro, que punham em contato um conjunto mais amplo de moradores. Apesar de o bairro ter uma antiga associação de moradores, cuja presidente, uma senhora de sessenta e muitos anos, fundadora do MAB – Movimento de Associações da Baixada Fluminense, ainda era a lutadora de sempre pelas questões de direitos sociais, o GRR não se “introduz”, nem se assume como parte da Associação de Moradores de Rancho Fundo – AMRF. As histórias da época, de cooptação de lideranças na Baixada por governos estaduais, e as relações pouco meritórias que estas passaram a manter com políticos, “escolaram” a população que não identificava mais as Associações como representantes legais de seus interesses. Sua presidente, no entanto, é uma dessas “Representantes de Rua”, participando integralmente desse novo modo organizativo e recebendo todo o apoio do grupo mais atuante, mas resguardando as fronteiras entre um e outro modo de ação. Só mais tarde, com um largo tempo de trabalho do GRR, este vai perceber que tanto as práticas, quanto o estatuto da AMRF podem ser mudados democraticamente, desde que um grupo de pessoas se disponha a fazê-lo, o que acaba ocorrendo, com o lançamento de uma chapa que, eleita, administra a AMRF por um mandato, levando para seu interior a experiência de ação coletiva do GRR.

riores traços das festas da Igreja Católica, na celebração que atingia a uns, mas não atingia a todos, apartados pelas crenças e pelos dogmas; das festas juninas, manifestações da tradição rural e da cultura, que ainda assim não atingiam a todos, pois que as religiões continuavam se interpondo. Rancho Fundo recriava a festa para suas crianças e à volta delas construiu o espaço de celebração. E Rancho Fundo festejava. A festa, no bairro, era exatamente esse espaço do encontro, do coletivo, do não isolamento, como afirma Gadamer. Para ele, a festa é sempre uma comemoração. O feriado, muitas vezes, marca a comemoração, por sua vez ele mesmo marcado pela existência da festa. Ou seja, é o tempo da festa, que se repete periodicamente, que acaba por definir o “feriado”, e não o contrário. Para o autor, a comemoração é o tempo do não-trabalho, em sociedades marcadas pela constituição e organização dos tempos de trabalho. Na perspectiva histórica, porém, o trabalho separou-nos e dividiu-nos, mantendo-nos isolados de nossos semelhantes, porque conduzidos por nossas atividades. Diversamente dessa lógica, a festa não divide, mas reúne; não isola, mas agrêmia. A arte de comemorar não se define por um coletivo facilmente explicitado, em que o estar junto acontece sem que se saiba muito bem por que, propriamente. Como festa é comemoração, o fato “festejar” é uma atividade que une a todos e impede que se dispersem em vivências paralelas. Festa é celebração e, como tal, não acontece antes, mas quando se chega lá, embora esteja lá o tempo todo, quando celebrada. Quando o GRR (ou qualquer outro grupo) faz(ia) o programa da festa e organizava as atividades, não a antecipava, porque a festa só acontece quando é celebrada. A festa trabalha com a lógica do tempo a ser preenchido, mas não com o sentido pragmático do tempo para alguma coisa. A experiência da festa, a disponibilidade para ela dá o tempo e a “festividade faz parar o tempo e leva-o a demorar-se – isso é o festejar” (id., ib., p. 65). Entretanto, o traço mais característico do festejar é que ele não é algo senão para aquele que participa dele.

A perspectiva da festa assim avaliada faz o belo – como experiência estética – assumir o sentido de público, daquilo que é exposto à consideração dos que tomam parte da festa. Perceber o sentido da festa na perspectiva de Gadamer põe em questão as compreensões divergentes, o controvertido caráter alienante e alienador a ela atribuído, segundo o olhar e o lugar que ocupam cada um dos envolvidos: os que participam da festa, fazendo-a celebrar e os que trabalham, como pesquisadores, auscultando suas pulsações.

“Devia ter festa assim toda semana”, expressou-se um morador, após a I Festa do Meio Ambiente realizada. Seu sentimento dimensiona o gosto da celebração que no movimento do bairro constitui o encontro, o tempo novo e farto, sem limites, da comemoração. A fruição da festa e o rompimento que ela provoca com as pressões cotidianas trazem o sentido do prazer de (re)tornar a festejar, a celebrar, fazendo o tempo parar e se curvar ao privilégio cultural (re)criado nos espaços do viver.

A festa em Rancho Fundo passou a ser um símbolo: da união, da vontade de fazer, da competência para fazer, que a torna presente e, enquanto símbolo, representa, significa. A festa foi, para todos que construíram elementos de um mundo visível, tomando parte em tensão profunda com ele, uma experiência espaço-temporal que os pôs em completa celebração.

Rancho Fundo – o lugar – e suas identidades coletivas se constituem, nessa perspectiva histórica, incorporando o movimento da sociedade e instituindo a própria luta pela melhoria das condições de vida no bairro, tornando visível o problema do lixo que invadia (e talvez ainda invada)

os espaços do viver. A contradição posta no sugestivo nome do bairro, associado à modinha⁵ que a população e parte dos leitores podem invocar, e a presença inquietante dos vestígios dos rejeitos humanos, falando da vida, do consumo, dos hábitos, das carências de seus moradores não se limita a essas referências. Revela, ainda, as fragilidades de um poder público historicamente descomprometido com as classes populares, eleitos por partidos de práticas populistas recorrentes, nas áreas mais pobres do Estado do Rio de Janeiro. Rancho Fundo, no entanto, saiu do anonimato e transformou o seu cotidiano, construindo, a partir dele, uma nova história para se somar às tantas que são parte do imaginário social de seus habitantes.⁶ O GRR articulou seu espaço de apropriação desse lugar, recriou seus limites e possibilidades, por meio de uma ação coletiva que “movimentou” o bairro. “Novos personagens entraram em cena”, à semelhança do que Sader (1988) narrou sobre as lutas dos trabalhadores de São Paulo, na década de 1970-1980. A grande maioria deles, mulheres, donas de casa, ampliando a vida privada que até então levavam, apenas acrescidas de trabalhos na e para a igreja, para agora se assumirem cidadãs, sujeitos de um papel público que passaram a conformar.

SABER E PODER

Uma importante dimensão educativa é gestada pelo movimento. Os espaços de trabalho dos movimentos em defesa das necessidades coletivas, ocupando lugares em que o poder público não está, vai conferindo a eles um papel educador e pedagógico, produzindo ações/intervenções necessárias e conhecimentos sobre esses modos de agir e quanto aos efeitos produzidos. Rompendo com a lógica de que a aprendizagem é resultado de “transmissão de conhecimentos” e de que o lugar de fazer isto é a escola, passam a aceitar que o processo de conhecimento é um processo de produção social e coletivo, sem desprezar a indispensável participação do indivíduo. Nem sempre os protagonistas do movimento percebem a importância que o saber, produzido na luta, tem como arma e poder para transformar a dura realidade em que vivem, porque não é legitimado pela escola. Do mesmo modo, entender-se como parte de um coletivo que tece, em conjunto, um conhecimento que não é produzido apenas nos limites daquele grupo, mas em todos os espaços sociais, exige processos permanentes de reflexão. Uma delas, a que propicia o resgate da rede de relações de aprendizagem a que cada participante está inextricavelmente ligado, afastando a idéia de dicotomização do Grupo com o mundo, e deste com o Grupo, e de que não é necessário romper ou renunciar a qualquer dessas relações para que novas tessituras de conhecimento tenham lugar. São essas “relações

⁵A modinha a que me refiro é “No Rancho Fundo”, de Lamartine Babo, que embora a pesquisa histórica não confirme explicitamente, tem sinais fortes com o bairro, especialmente com o prédio da escola América Xavier da Silveira, antiga sede de fazenda de laranjas da região, pertencente a uma cantora lírica que ali costumava realizar saraus. Segundo a história, seria mulher de Oswaldo Aranha, que freqüentava os saraus, assim como Getúlio Vargas e outros políticos da época. A relação mais forte, porém, está no fato de Oswaldo Aranha ter, nos Estados Unidos, uma estância cujo nome era “Rancho Fundo”.

⁶Essas histórias remontam à época da escravidão, uma delas, confirmada pelos adolescentes do projeto “Repórteres de Bairro” que, ouvintes desde pequenos das histórias que os adultos contavam, tinham conhecimento de um túnel enorme, jamais visitado inteiramente, de boca estreita, que teria servido de caminho de fuga para escravos de fazendas na região. No vídeo que decidem produzir, mergulham no túnel, armados de câmera e luz, chegando a adentrar 60 metros – a extensão do fio de iluminação –, e comprovando sua altura, a escavação na rocha, que admitiria passar e abrigar muitos homens e mulheres fugidos. Embora não tivessem alcançado o outro lado do túnel, a experiência confirmou elementos dessa antiga história que fazia parte do imaginário de muitos moradores do local.

que se desenvolvem na participação e a descoberta dos espaços públicos (que) recriam situações que ensinam muito, porque desvelam situações de desigualdade, criam desafios nesse movimento de apropriação do público. (...) A consciência da relação desigual é o primeiro momento que pode explicitar uma nova necessidade” (SPOSITO, 1993, p. 375).

A luta social ensina e o processo de apropriação do conhecimento é (res)significado na luta. Novos conteúdos dão-se a conhecer. Ao se aliarem, “os que não sabem” – diante do saber técnico da autoridade – descobrem-se como iguais no “não saber”, e acabam por desvelar o saber que têm, mas que é sempre negado pela escola e pela sociedade. O saber, produzido socialmente, de modo geral só significa porque expressa um conjunto de necessidades históricas, determinadas pelas relações econômicas. O movimento, enquanto luta política que interferiu nas condições de vida da população de Rancho Fundo, criou um outro significado para o saber: o que revela o caráter não econômico dessas necessidades, porque produzido de modo a permitir a satisfação social, e que acaba por preencher as necessidades de um claro sentido político.

Na trajetória da pesquisa, destaco o quanto também foi pedagógico o exercício de produção de um jornal, escrito e organizado pelos moradores e editado pela equipe coordenadora do Projeto. Convidados a escreverem suas experiências de luta, os participantes não o faziam, talvez intimidados por um espaço que não consideravam seu e, ainda, quem sabe, por não se sentirem à vontade com a palavra escrita, para fazerem dela modo de expressão. Mesmo a oralidade, preponderante e quase exclusiva, constituía para muitos dificuldade de acontecer diante do grupo, pela falta de valor creditado, até então, à sua palavra. Eram os mecanismos de submissão que se revelavam nas falas, nos silêncios de muitos, especialmente confrontados com os supostos saberes dos pesquisadores que chegavam.

O jornal, como escrito, atravessa a cotidianidade dos moradores com sua linguagem organizada, que busca desreferencializar certos sistemas até então tomados como verdades na vida cotidiana do bairro, para estabelecer novo sistema de referências, alterando as perspectivas cotidianas. Ao fazer isto, vale-se da pseudoneutralidade da linguagem, utilizando a chamada linguagem jornalística que, supostamente, informa apenas; diz; revela; nada oculta. O imaginário que move o desejo dos moradores de querer mudar a vida cotidiana parece estar fora do que o jornal pode e faz. O jornal é a luta política. O desejo quer a mudança, quer o sonho.

Não sei se por isto, não sei se pelo desejo consciente de que o imaginário dos moradores viesse a aparecer, o fato é que o jornal foi adentrando o Projeto e aqueles que até então viam suas vidas como que “refletidas” nele, passaram a escrever não o reflexo, mas suas constituições enquanto sujeitos, produtores de cultura, de modos particulares de construir a existência em espaço tão negado para os desejos.

O projeto da TV comunitária, associado a este, foi fundamental para se pensar o acompanhamento e o apoio à organização do movimento reivindicativo do bairro. A relação que a TV já estabelecera com as populações implicava confiança e respeito por suas formas de viver, além de constituir um poderoso aliado dessas populações na releitura dos meios de comunicação e no caráter de ocultamento que, quase sempre, trazem incorporado.

Os moradores, representados pelo GRR, na trajetória que percorreram em defesa da coleta regular do lixo para o bairro, fizeram várias incursões à Prefeitura, à empresa municipal que cuida da questão do lixo, sempre acompanhados da equipe da TV. Documentando em vídeo os contatos,

as audiências e as promessas das autoridades, propiciou, também, a sistematização, pela imagem, da história do bairro e de seus moradores.⁷ Em momento posterior, levava as gravações editadas para a exibição no bairro, em telão, divulgando o ocorrido, de modo a que a população pudesse acompanhar e cobrar o cumprimento das promessas.

LIÇÕES DA LUTA E DO MOVIMENTO SOCIAL: APRENDENDO PARA ALÉM DO QUE VÊEM OS OLHOS

Uma das lições aprendidas com a experiência vivenciada é a de que a avaliação dos impactos,⁸ sempre desejados por agências externas, decorrentes de projetos dessa natureza não pode ser baseada no cumprimento de cronogramas rígidos, estabelecidos *a priori*. Os cronogramas são feitos conformando a realidade a um tempo-espço cujas referências são exteriores, de outras culturas/tempos de viver, sem lugar para as emergências, sem o movimento, característica primordial desse tipo de ações coletivas. Os tempos impostos a um projeto e os tempos de um grupo social não são os mesmos. A necessidade de produzir resultados, de medir mudanças, de encapsular experiências em um cronograma – a ditadura da urgência – não corresponde à vida real. Isto não significa, necessariamente, maior lentidão. Às vezes, certos acontecimentos precipitam mudanças inesperadas com enorme rapidez. A necessidade de respeitar tempos culturais é ainda mais acentuada pela metodologia adotada, que exige o estabelecimento de permanentes relações de confiança com a população.

O projeto desenvolveu-se com múltiplas intencionalidades, dentre elas algumas de forte caráter pedagógico. Estimular as pessoas a se organizarem, evitando cair no voluntarismo exige humildade e paciência. A responsabilidade de condução de um projeto de pesquisa participante transita entre as exigências das entidades que o apóiam e, ao mesmo tempo, o respeito ao ritmo das pessoas, criando condições que contribuam para que todos produzam saberes em comum. Valorizados e estimulados a mover-se com autonomia, os sujeitos vivenciam processos de crescente autoconfiança, fortalecida pelas ações bem sucedidas que empreendam. Quando demandados, os subsídios vão sendo oferecidos aos participantes, ou ainda quando sua necessidade seja percebida por quem atua na condução do projeto, mas sempre tensionando-se as necessidades, sem impor pressões relativas ao cumprimento de agendas que não são do grupo envolvido.

A experiência mostrou que é eventualmente possível identificar indícios de mudança em tempos curtos, como aconteceu com a percepção dos moradores sobre a importância do problema

⁷Algumas histórias foram resgatadas pelos depoimentos de moradores antigos, personagens que em outras épocas tiveram suas famílias como proprietárias de fazendas de laranja na região. Uma outra história conta, pela voz de alguns sujeitos, como eles, tão privados de direitos, se unem e se mobilizam para a participação na luta pela melhoria da qualidade de vida. E mais: como essa luta os modifica e os constitui, como sujeitos. Outro vídeo documenta a forma como as mulheres, maioria no grupo, constituem sua participação política e como, rompendo os papéis de submissão formadores de suas histórias de vida, atuam no espaço público, ultrapassando os limites do espaço privado da casa, até onde estiveram determinadas. Por fim, a implantação do projeto “Repórteres de Bairro”, coordenado pela equipe da TV Maxambomba, mobilizou 19 pessoas, em sua maioria adolescentes, que passaram a atuar no registro, relato e roteirização das “histórias” do bairro, gravando e editando seus vídeos e exibindo-os mensalmente, reforçando as estratégias de luta que se faziam em Rancho Fundo.

⁸Impacto é o termo que vem sendo usado para indicar o “sucesso” em projetos com financiamento externo, e que muitos financiadores internos também passaram a adotar. O termo, impróprio, no entanto, se dissemina, e o mantenho no artigo com a ressalva de que não apenas não concordo com seu uso, como com o entendimento do que deve ser verificado como indicador de sucesso de projetos sociais.

do lixo, logo nos primeiros quatro meses de trabalho no bairro, mas que isso não é regra, passível de definir um indicador de êxito.

Uma pesquisa de opinião, realizada pelo Instituto Fatos, especializado em metodologia de coleta, por amostra, buscou consolidar uma avaliação mais quantitativa do projeto, ouvindo, em fins de maio de 1995, 200 pessoas no bairro e reafirmando o que as observações empíricas vinham mostrando. Os procedimentos, discutidos em conjunto com a equipe de pesquisa, puderam constituir um importante recurso para fornecer novos dados de análise sobre os caminhos metodológicos construídos durante o percurso da experiência. Os entrevistados – de diferentes segmentos etários – representaram, estatisticamente, uma amostra relevante no universo de 5.000 habitantes do bairro. Mostraram o quanto a ação educativa do GRR serviu para mudar as formas de os moradores reconhecerem seus semelhantes, respeitarem seus trabalhos e modificarem suas atitudes em relação ao espaço coletivo. Alertaram para a importância do Jornal, tanto mais lido quanto maior fosse a publicidade que a TV comunitária fizesse dele, diferentemente do que se pensava, inicialmente, de que ele, sim, divulgaria a TV. Mostraram o importante papel dessa modalidade de TV, em sua forma de produzir linguagem de perto e com as populações, para ajudá-las a redizerem seus mundos, sob a ótica da cultura de sua classe social, por seu próprio discurso, e não pelo discurso do outro. E mostraram ainda como essa TV concorria, nos dias de exibição, com as emissoras comerciais, tirando as pessoas de casa, do seu ato solitário e individual de ver televisão, para o espaço coletivo, quando se dava o encontro, o gosto e a festa de se verem, juntos, como personagens de uma história que poderia, também, ser a sua, se se dispusessem para ela, como participantes.

Rancho Fundo mudou. Seus moradores não só perceberam isso, mas revelaram outras atitudes em relação à questão do lixo, reconhecendo a importância do trabalho do GRR no bairro.

As avaliações também mostraram um aprofundamento da capacidade organizativa da população, pelos espaços legitimados de representação política que foram conquistando: a direção da Associação de Moradores, por eleição direta, para um mandato de dois anos, com uma perspectiva de novas relações de poder – até então adstrito ao presidente –, e tomada de decisões coletivas, com voz e voto de peso igual para todos os integrantes da direção; em 1996, a proposição, pelo Partido dos Trabalhadores, da candidatura ao legislativo local de Maria Moreira, personagem importante nas lutas comunitárias do bairro. A perspectiva das eleições municipais animou os participantes, realizando um trabalho para a consciência do voto, na construção da cidadania.

Porque cresceu, o movimento organizado dos moradores trouxe, também, outros parceiros: Associações de Moradores vizinhas,⁹ interessadas em conhecer os caminhos de luta, e outras organizações não-governamentais.¹⁰ Abriu caminhos, também, em Seminários promovidos por universidades, nos quais moradores participaram e relataram parte de suas experiências.

Os vídeos e o jornal, para além do GRR, foram referência e relação dos moradores com a sua realidade, reconhecendo, nos sujeitos que os produziam, seus pares, parte de um coletivo a que

⁹Refiro-me às Associações de Moradores dos bairros de Tinguá, Vila de Cava, Santa Rita e de outras localidades próximas, cujas existências denunciavam ainda mais a precarização da vida das populações nos espaços periféricos das cidades, nos chamados entornos urbanos.

¹⁰Essas organizações eram, basicamente, ligadas a movimentos ecológicos, que passaram, inclusive, a participar mais diretamente das festas que o bairro promovia, inicialmente em torno do dia do meio ambiente, e depois por ocasião da chegada da primavera. Esta data foi definida tendo em vista o acúmulo de festividades do primeiro semestre do ano, quando comemoravam o Primeiro de Maio, dia do padroeiro da Igreja católica local, São José Operário; as comemorações juninas, pois havia uma quadrilha tradicional no bairro; e ainda o 5 de junho, dia do meio ambiente.

se ligavam pelo sentido de pertencimento. Além disso, levaram, para outras realidades, linguagens, discursos e formas de luta capazes de serem apropriadas e reeditadas, com cor e tom locais, de modo a, também, refazer as táticas que movem o cotidiano.

Rancho Fundo mudou. Seus moradores, jovens e adultos participantes do GRR original, e de múltiplas inserções no bairro, que se ampliaram e fortaleceram, continuaram a se propor novos desafios. Para eles, a vida é luta, na qual se educam cotidianamente, e por isso não podem mais ficar em casa, sabendo que há tanto o que pensar e fazer, no espaço coletivo. Os “modos de fazer” foram mudando, à medida que desvendaram outros sentidos para a realidade cotidiana, pelos saberes e pelos desvelamentos ideológicos da contraditória sociedade. “Novos personagens entraram em cena”...¹¹ e vai ser difícil tirá-los de lá.

¹¹*Refiro-me ao título da obra de Eder Sader, referenciada neste artigo.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GADAMER, Hans-Georg. *A atualidade do belo: a arte como jogo símbolo e festa*. Trad. Celeste Aida Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
- MELO, Alberto. A ação local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da associação In Loco no sul de Portugal. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.) *Produzir para viver*. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 435-471. v. 2.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Movimentos, sujeitos sociais e política (elementos para a prática pedagógica). *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 1, dez. 1992.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Prefácio. In: _____ (org.) *Produzir para viver*. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 13-22. v. 2.
- SPOSITO, Marília Pontes. *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.

RESUMEN

La participación de los investigadores en un movimiento social permite comprender y atribuir nuevos significados a muchos saberes que necesitan la vivencia en el interior de los grupos y, en la realidad, los sujetos que viven las carencias que los afectan, en la cotidianidad, en sus modos de vivir. El artículo aborda el tema derivado de una intensa experiencia personal, buscando revelar los sentidos asumidos por un movimiento social cuando trata de nuevas carencias de la población pobre, cuyos derechos son todavía negados en los años 1990. A partir de esta búsqueda emergen conocimientos y poderes, imponiendo desafíos a la comprensión de algunas categorías – lucha y fiesta, por ejemplo –, para allá del movimiento social. Esas categorías son indispensables para el ancho del campo de la educación de jóvenes y adultos y de las posibilidades de cambio de la vida del día-a-día por la acción histórica de los sujetos.

Palabras-clave: movimiento social, cotidianidad, lucha.

ABSTRACT

The participation of researchers in a social movement allows an understanding and a creation of new meanings for the knowledge produced by that experience. This knowledge only makes sense when lived from within the group and the reality of the subjects who experience the needs affecting their day-to-day life. The article addresses this theme, derived from an intense personal experience, seeking to reveal meanings that a social movement assumes when dealing with the new needs of the poor, whose lack of rights is still visible in the 1990s. In the course of this exploration, forms of knowledge and power emerge, challenging the comprehension of some categories – “struggle” and “party” for example – beyond the limits of the social movement. These categories appear essential for a broadening of the field of youth and adult education, and of the possibilities of transforming day-to-day life through the historical action of subjects.

Keywords: social movement, day-to-day life, struggle.